

## **O fim do trabalho numa economia globalizada**

*ou um novo ciclo da dominação imperialista*

Clarilton Ribas\*

Hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da capacidade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações. Os triunfos da arte parecem ser adquiridos ao preço das qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece só poder brilhar sobre o tenebroso fundo da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de uma vida intelectual as forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decadência de outro; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato palpável, esmagador e incontrovertível.

KARL MARX\*\*

### **Resumo**

Este texto pode ser considerado por certas leituras como fora de moda. Contra o modismo avassalador da "globalização" retoma categorias marxistas para analisar o capitalismo no final do século, notadamente a contribuição

### **Abstract**

This text may be considered, according to some interpretations, as unfashionable. Against the strong current of "globalization", it retakes Marxist categories in order to analyse the capitalism at the end of this century, especially the

\* Professor do Departamento de Ciências da Administração – CSE/Universidade Federal de Santa Catarina

\*\* Discurso pronunciado por KARL MARX no aniversário do People's Paper, em 14/4/56.

de Lênin para a compreensão de uma ordem econômica que, entre outros autores marxistas, já no início do século, assumia proporções globais.

**Palavras-chave:** capitalismo, trabalho, globalização, imperialismo.

contribution of Lenin to the comprehensiveness of an economic order which already, in the beginning of the XX century has assumed global proportions.

**Keywords:** capitalism; labor, globalization, imperialism.

Este trabalho tem por finalidade discutir algumas questões concernentes ao capitalismo deste final de século, em contraposição às diversas manifestações de integracionismo, veiculados ideologicamente por modismos tais como globalização, fim da sociedade do trabalho, fim do capitalismo, etc., modismos que encerram um amplo projeto de dominação em curso, compatível com as demandas de uma ordem econômica em crise orgânica. Assim, devem ser considerados os seguintes pressupostos à sua leitura:

- 1 O trabalho, com sua dimensão teleológica, como protoforma da atividade humana; como ponto de partida dos seres tornados sociais (LUCÁKS); como forma metabólica a relacionar homem e natureza (MARX); como criador de coisas socialmente úteis ou valores de uso, é ineliminável da condição humana, de um lado; de outro, além de sua dimensão ontológica, o trabalho permanece sendo a categoria explicativa originária por excelência da sociedade contemporânea, onde, em que pesem os “neos” e “pós”, sua articulação fundamental continua se dando em torno de “uma imensa coleção de mercadorias” (MARX).<sup>1</sup>
- 2 A assertiva marxiana, segundo a qual capital e trabalho possuem um antagonismo estrutural não solúvel, continua tendo vigência histórica plena, e que, em que pesem os modismos integracionistas, as relações estruturais da sociedade permanecem fundamentalmente as mesmas;
- 3 Igualmente em MARX, está o terceiro pressuposto, no sentido de que *nenhum grau de desenvolvimento tecnológico implantado no modo de produção capitalista pode eliminar a subordinação real necessária do*

---

<sup>1</sup> Ver (ANTUNES, 1994), onde o autor realiza um diligente exame da categoria trabalho em suas subcategorias mais relevantes: trabalho-vivo-trabalho-morto, trabalho-abstrato-trabalho-concreto e suas implicações teóricas, históricas, políticas e, inclusive, metodológicas.

*trabalho ao capital, independentemente dos tipos particulares de modificações que tiverem ocorrido no padrão ocupacional da sociedade (MESZÁROS, 1993:98).*

- 4 O capitalismo empenha-se exaustiva e incessantemente em recompor as bases de sua hegemonia sempre que as contradições entre as classes fundamentais que o compõe se agudizam, ou quando as classes subalternas se articulam para organicamente tentar superar as contradições fundamentais (GRAMSCI), a lógica capitalista reprisa a velha encenação de *construir o novo sobre a matriz do velho*, ou ainda, de *“tudo mudar para que tudo permaneça como está”* (DIAS, 1981); e
- 5 O que existe de central na produção de MARX e dos seus seguidores continua tendo perfeita vigência analítica e histórica; ressalte-se a este respeito, um ensaio de LÊNIN de 1916, cujas análises reputamos indispensáveis para a adequada compreensão do capitalismo atual.

## Ocultar a dominação

Esse é o esforço ideológico fundamental do capitalismo, o instrumento decisivo para garantir a dominação que exerce sobre as classes subalternas. Assim, trata-se de uma formação social que se especializa em criar e recriar categorias “carregadas de ideologia”, mesmo quando insiste paradoxal (na aparência) e inutilmente em decretar o fim das mesmas, utilizando, para isto, seus poderosos aparelhos públicos e privados de ideologia.

Uma de suas ferramentas essenciais é desnaturar o nome das coisas. Desfigurar, deturpar, adulterar a natureza de palavras e conceitos, de sorte a difundir sentimentos opostos aos quais a verdadeira essência das coisas levaria à repulsa, tudo isso na direção de conferir opacidade à dominação, a limitar a visão de mundo dos dominados a sua.<sup>2</sup> Para ficarmos em dois ou três exemplos do “repertório” atual:

**produtividade:** que significa além de intensificação da exploração? Nada além de aumento crescente da extorsão de sobre-trabalho esta palavra encerra;

**flexibilização de contrato trabalhista:** que mais esta expressão

---

<sup>2</sup> Como conseqüência, as classes subalternizadas tendem a restringir suas reflexões aos universos prático, conceitual e discursivo ditados pelo dominante; tornando-se suscetível à assimilação e a propagação de uma visão de mundo, próprio do dominante, atualizando e reforçando no cotidiano sua hegemonia.

significa além de precarização do trabalho assalariado e aviltamento de salários?

**sinalização do mercado ao governo:** qual o significado adicional deste termo a não ser a indicação de demandas do capital monopolista, exigindo que o aparelho governamental se curve a um certo interesse seu? etc., etc., etc.

Estas categorias possuem o efeito estruturante adequado para a veiculação da ideologia e dos interesses concretos da classe burguesa o que lhes garantem sustentação subjetiva no imaginário das massas à “ordem” social que lhes interessa. As próximas páginas encerram um esforço de tentar apreender, ainda que de forma parcial, o vigoroso conteúdo ideológico de algumas destas categorias, tendo como pressuposto a necessidade de, ao pensar-se a construção de uma possibilidade histórica alternativa, romper com a tutela terminológica imposta pela burguesia e seus intelectuais.

## A ofensiva neoconservadora

Não há originalidade em afirmar a monumental crise orgânica vivida pelo modo capitalista de produção neste final de século. Suas contradições tornam-se crescentemente agudas numa escala e numa proporção mundiais, da mesma forma que mundializada tem sido a expansão do capitalismo desde há cerca de um século.

O crescimento econômico auto-sustentado do pós-guerra, a par de uma aguda radicalização das lutas operárias em todo o mundo, deu lugar ao que a literatura consagrou como os “gloriosos trinta anos”, padrão de acumulação capitalista cujos primeiros sinais de esgotamento ocorrem nos anos 70.

Há, também, uma certa concordância em aceitar que foram trinta anos rigorosamente atípicos na história do capitalismo. Resultado direto e imediato da luta operária, a classe burguesa viu-se estrangida a ceder às exigências das lutas de classes, e da ameaça concreta representada pela tentativa de construção de uma sociedade socialista no leste da Europa. Destarte, aquele período assistiu a uma incorporação crescente das massas trabalhadoras, notadamente nos países centrais capitalistas, aos círculos do consumo, bem como seu acesso a um leque de políticas públicas, institucionalizadas no que se conhece por estado de bem estar social, o *welfare-state*. Este complexo teve como objetivo travar a luta de classes,

obscurecendo as contradições insanáveis do modo capitalista de produção, ou, como sugere (HOBSBAWM, 1992:103) tudo isso realizado para conjurar o medo:

O principal efeito de 1989 é que o capitalismo e os ricos pararam, por enquanto, de ter medo. Tudo o que fez com que a democracia ocidental valesse a pena para seus povos – previdência social, o estado de bem-estar social, uma renda alta e crescente para os trabalhadores, e sua conseqüência natural, a diminuição da desigualdade social e a desigualdade de oportunidades – resultou do medo. Medo dos pobres e do maior e mais bem organizado bloco de cidadãos dos estados industrializados – os trabalhadores.

A partir deste relevante conjunto de concessões, lograram as classes dominantes o que (DIAS, 1992:17) denomina *pacto social em escala internacional*: (...) compromisso que podemos sintetizar, em linhas muito genéricas, da seguinte forma:

os capitalistas não se preocupavam com altos salários, desde que, obviamente, as centrais sindicais não tentassem limitar a acumulação e o lucro dos capitalistas. Esse “gentlemen agreement”, em larga medida exitoso, atuou no sentido da incorporação dos operários, novamente e de forma superior, à racionalidade capitalista.

No mundo capitalista uma combinação de cooptação e/ou repressão (usadas combinadamente, em consonância com o estágio particular que a luta de classes assumia em determinado lugar e tempo), garantiu a “integração passiva à ordem” de uma parcela importante do operariado, notadamente no primeiro mundo. A partir daí, em escala crescente a luta operária passou a restringir-se à esfera do economicismo, com a institucionalização dos sindicatos e de suas centrais.

Estavam, assim, dadas as condições para uma fase de reprodução ampliada do capital, assentada em uma nova base técnica, a partir dos desenvolvimentos importantes ocorridos, na ciência e na tecnologia, especialmente no campo da eletrônica, da computação e da automação. Isso colocou em outro patamar o desenvolvimento das forças produtivas materiais, alavancando poderosamente as taxas de lucro, incluindo, especialmente nos setores chamados “dinâmicos” da economia, com muita freqüência, os *super-lucros* ou as rendas tecnológicas (MANDEL, 1992).

A euforia do período 45-75 seria, no entanto, a ante-sala da crise do capitalismo, com um potencial devastador maior que a grande crise de 29.

Muitas são as tentativas, mais ou menos, bem sucedidas, de explicar esta crise ampla, generalizada, planetária. Importa aqui discutir algumas categorias *fashion*, modismos através dos quais as classes dominantes veiculam sua ofensiva ideológica neoconservadora, como forma de oferecer respostas à crise: que incluem uma postura muito mais agressiva em relação aos trabalhadores e suas conquistas históricas e, muito mais arrogante, na forma como as multinacionais estabelecem as relações de dominação dos países centrais capitalistas sobre os dependentes.

## **Globalização/mundialização**

Globalização: eis uma palavra dotada de poder traumatúrgico, ao lado de outras criadas pelo capital e seus intelectuais: este poder se reflete na sua rapidíssima vulgarização, bem como no poder mágico que exerce, suscitando nas pessoas (de qualquer nível cognitivo) a noção condensada de uma política contra a qual não há resistência possível; esta palavra sugere, para uma segura maioria de pessoas, uma nova, original e irreversível forma de capitalismo.

O primeiro capítulo do livro de (CHESNAIS, 1996:23) se ocupa em “decifrar palavras carregadas de ideologia”:

O adjetivo global surgiu no começo dos anos oitenta, nas grandes escolas americanas de administração de empresa, as célebres “business management schools” de Harvard, Stanford, etc. Foi popularizada nas obras e artigos mais célebres dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing.

(MARX, 1971:30), em vários momentos de sua obra, assinala a vocação mundial do capital de em toda a história econômica realizar empreendimentos, independentemente de fronteiras:

Enquanto que o capital, por um lado, deve tender a destruir toda barreira espacial imposta ao comércio, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar toda a terra como um mercado, por outro lado tende a anular o espaço por meio do tempo, isto é, a reduzir ao mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar a outro. Quando mais desenvolvido o capital, quanto mais extenso é, portanto, o mercado em que circula, mercado

que constitui a trajetória espacial de sua circulação, tanto mais tende a estender o mercado e uma maior anulação do espaço através do tempo. (...) Aparece aqui a tendência mundial do capital, o que o diferencia de todas as formas anteriores de produção.

Fica, desta forma, assente que o capitalismo praticamente nasceu mundializado ou globalizado; importa, no entanto, tentar decifrar como a *globalization* se coaduna com os requisitos atuais da concentração e centralização, categorias igualmente reveladas por MARX, indicando a forma que o capital assume na sua busca incessante pela acumulação ampliada.

Segundo CHESNAIS, (id.:34): trata-se de dois movimentos conjuntos, estreitamente vinculados, mas distintos: *O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 80, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.*

A “globalização” se articula com um movimento paralelo, iniciado nos anos 80, a partir dos governos Thatcher e Reagan, na Inglaterra e EUA, conhecido como neoliberalismo, pretensamente uma guinada neoconservadora propondo um “revival” do liberalismo clássico, tendo o mercado como nexos fundamentais, a partir do qual se articulam economia e sociedade, subordinando-os a sábios ditames da “mão invisível” smithiana.

O neoliberalismo não constitui um corpo teórico específico, original ou uma doutrina com coerência lógica interna, dotada de um estatuto de cientificidade.

...(o neo-liberalismo) liga-se muito menos a um conjunto ou ideário coerente, acabado, na forma de uma revisão atualizada do neo-liberalismo de HAYECK ou FRIEDMAN, e muito mais pelas necessidades ditadas pela monumental crise capitalista que se instala em escala global (...) Esta resposta não se objetiva numa postura coerente (em termos capitalistas), teoricamente consubstanciada ou integralmente articulada. As medidas de contra-tendência se manifestam na forma de arranjos “ad-hoc” (...) (GERALD, 1996:37), ou segundo (DRAIBE, 1995:88):

Esta ideologia dominante é principalmente composta de proposições práticas e, no plano conceitual, reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos “reinventando” o liberalismo, mas introduzin-

do formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo e de uma sorte de darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX. E ainda mais: estes “ingredientes” compõem-se diferentemente, produzindo muitos e distintos neo-liberalismos, a ponto de dificultar a própria auto-identificação dos que em princípio perfilariam estas correntes.

O neoliberalismo possui uma espécie de teoria de uma nota só: o mercado é tudo e o governo só atrapalha. Portanto, as sociedades, os países devem subordinar suas políticas públicas aos imperativos da eficiência e da eficácia, ditadas pela racionalidade nova de um “mercado globalizado”.

Em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos. Gastar é ruim. É bom ter prioridades. É ruim exigir programas. Precisamos de parcerias, não de governo forte. Falem de necessidades nacionais, não de demandas de interesses especiais. Exijam crescimento, não distribuição. Acima de tudo, tratem, do futuro. Repudiem o passado. Ao cabo de pouco tempo as idéias neoliberais começam a soar como combinações aleatórias de palavras mágicas (SHCNEIDER, 1989:7).

Importante aqui é sublinhar que este conjunto, mais ou menos precário de princípios ideológicos, mascarados de econômicos, têm sua vigência mais plena em países subdesenvolvidos. Os argumentos neoliberais de ataques ao gigantismo estatal ganha mais vigência nessas regiões do planeta do que nos países onde, em tese, teriam nascido, Inglaterra e Estados Unidos. Assim, por exemplo, uma extensa rede de bons serviços públicos, universais e gratuitos, continua em vigência, tanto nos EUA como na Europa ocidental. Grandes privatizações do patrimônio público lucrativo foram efetivadas nesses países, em consonância ao ideário neoliberal, mas uma inexpugnável muralha protecionista garante subsídios, isenções, etc. a setores econômicos inteiros desses mesmos países, onde se notabiliza a proteção às atividades agrícolas, na forma de isenções fiscais, subsídios, etc., como ficou evidente na última rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio – OMC, em dez/96; organismo multilateral que substituiu o GATT. Nessa rodada, os países do primeiro mundo lograram sancionar a liberação alfandegária progressiva para os próximos anos a ser concluída no ano 2000, para produtos de telecomunicações e informática; os países pobres, de forte atividade agrícola como o Brasil, Argentina e outros, amargaram a derrota de não conseguirem nem ao menos incluir na agenda dos próximos anos da OMC uma discussão sobre o protecionismo dos países do primeiro mundo

em relação às suas agriculturas. Ao mesmo tempo se observa no primeiro mundo uma monumental intervenção estatal em todos os planos da vida social, em particular das funções estatais de acumulação de capital, com o aumento da intervenção direta e cotidiana dos estados capitalistas nos mercados monetários e financeiros. Mais do que isso, uma importante rede de serviços públicos estatais, universais e gratuitos, nas áreas mais sensíveis como saúde, previdência e educação, continua existindo nos EUA e na Europa Ocidental, com modificações apenas marginais, relativamente ao que ocorria antes de Reagan ou Thatcher.<sup>3</sup> Daí, segue-se que estas políticas amigas do “livre mercado”, da privatização, do estado mínimo, etc., servem, ou, tem servido muito menos aos países onde pretensamente se originaram e muito mais aos países, econômica e politicamente subordinados.

Para estes, o ideário neoliberal assume a forma das famosas PAEs, ou Políticas de Ajustes Estruturais, ditadas pelos centros de decisão do capital monopolista. Para o Brasil e a América Latina, por exemplo, essas políticas ganharam o *status* de um conjunto, mais ou menos coerentes de políticas públicas, destinadas à “promover a inserção dos países ‘emergentes’<sup>4</sup> ao mercado globalizado”, no que ficou conhecido por “Consenso de Washington”.

O “Consenso de Washington” se consolidou no mês de novembro de 1989, em reunião realizada na capital dos EUA, patrocinada pelo *Institute of International Economics* (I.I.E.), na forma de um conjunto abrangente de regras e programas econômicos, antes esparsos e oriundos de fontes diversas (às vezes diretamente do governo norte-americano ou de suas agências, outras vezes do FMI, do Banco Mundial ou do BID) na direção de garantir a “estabilidade macroeconômica” aos países do mundo subdesenvolvido (sob monitoramento do FMI).

Embora economistas brasileiros – como os ex-ministros Roberto Campos e Mário Henrique Simonsem – tenham participado da elaboração desse ideário, colaborando em seminários e publicações do I. I. E., a adesão do governo brasileiro se dá somente na reunião do “Consenso de Washington” entre os dias 14 e 16 de janeiro de 1993. O Brasil foi representado pelo atual ministro da Administração e Reforma do Estado, Luís Carlos Bresser Pereira.

A própria uniformidade das prescrições, com “diagnósticos” e “terapias” virtualmente idênticas – tanto para um imenso Brasil, já bastante indus-

<sup>3</sup> Os gastos sociais nos países da OCDE são hoje maiores do que em 1979, início da era Reagan/Thatcher, segundo (COGIOLA, 1996, p. 183 e segs).

<sup>4</sup> Outro silogismo carregado de ideologia para designar os países subdesenvolvidos.

trializado quanto para um pequeno Uruguai ou Bolívia ainda pouco industrializados, independentemente das dimensões do mercado interno, do nível de desenvolvimento, dos problemas que estejam enfrentando, etc., - revelam uma inadequação formalista que ignora as particularidades de cada país, dissolvendo-os numa receita polivalente, independente das realidades específicas que venha a ser aplicada.

A estratégia formulada pelo governo dos EUA, hoje apoiada pelo FMI e pelo Banco Mundial, prevê um programa seqüencial em três fases:

- 1 “Estabilização Macroeconômica”, centrada na busca de redução do déficit público, através de redução drástica de gastos com pessoal, investimentos e custeios nos setores “não lucrativos” (saúde, educação, previdência pública, etc.), fim de subsídios de caráter popular (como ao trigo, por exemplo) e privatização das estatais lucrativas, de modo à garantir o pagamento dos juros e amortizações das dívidas externa e interna, e rebaixamento violento e repentino de salários reais numa superdose de arrocho para “conter a demanda”, tendo em vista garantir o nível dos preços e com isto, conter a inflação;
- 2 etapa que o FMI vem chamando de “reformas estruturais”. A chamada “liberalização”, que implica na virtual eliminação de todas as defesas e proteções fiscais e comerciais das economias nacionais com a entrega dos setores mais lucrativos à exploração das multinacionais (incluindo petróleo, setor de energia elétrica, mineração, siderurgia, transporte e telecomunicação); adoção de leis de “proteção à propriedade intelectual” (na verdade de proteção do monopólio tecnológico do grande capital internacional, como a “Lei de Patentes” recentemente aprovada pelo parlamento brasileiro), de modo a inibir a transferência transfronteiras da ciência e da tecnologia (procurando restringir intercâmbio norte-sul ao comércio de bens) e a garantir o controle sobre os componentes de alta tecnologia exportados (conferindo a inspetores de comércio dos EUA o direito de examinar os livros de registros das companhias industriais dos país periféricos que usam componentes norte-americanos da alta tecnologia).
- 3 Por fim, a terceira etapa, definida como “retomada de investimentos”, se daria após uma “estabilização prolongada” que obtenha “credibilidade” dos “analistas de risco” das grandes empresas de consultoria financeira, que orientam o movimento dos “capitalizadores”:

o resultado da aplicação da política do FMI e Banco Mundial, em 25 países que antecederam o Brasil na adesão do “Washington Consensus”,

foi o que se poderia esperar de um repertório tão adequado às exigências de reprodução capitalista: uma enorme destruição de empregos nos locais, miséria crescente, arrocho salarial, desindustrialização, desnacionalização das economias transformadas em meras subsidiárias dos países que centrais, sem qualquer autonomia ou independência econômica próprias. Os países que conseguiram alcançar uma temporária estabilização monetária atravessaram profundas recessões, por períodos de quatro a cinco anos e até uma década para experimentar uma lenta retomada notadamente do crescimento econômico. No entanto, este crescimento, além de ser absolutamente incapaz de recuperar os empregos destruídos e as drásticas perdas da massa salarial é **um crescimento sem emprego**, pois a política neoconservadora, confiando só nas forças do mercado, atuando combinadamente com as novas tecnologias de produção industrial, agudizam de modo catastrófico o problema do desemprego (GERARD, 1996:25).

A máquina de propaganda do neoconservadorismo ultra privatista, alardeia como sendo um grande sucesso (um “milagre”), as quedas da taxa da inflação registradas nos últimos anos no México, Argentina, Chile e Brasil, escondendo que a redução no preço dos produtos para os “consumidores” se deu às custas de uma avassaladora ampliação das desigualdades sociais e do número de miseráveis excluídos do “consumo”, de um lado, e de um empobrecimento dos “consumidores” que conseguiram manter-se empregados, de outro.

Brasil, Bolívia, Chile, México e Argentina sofrem hoje fortes tensões na balança de pagamentos, encontrando-se à beira de um colapso cambial e da falência “da estabilização monetária” que tanto sacrifício social lhes custou. As políticas econômicas implementadas nestes países, com pequenas alterações, têm provocado a virtual destruição de setores industriais inteiros. A dolarização, aberta como na Argentina e Chile, ou mascarada como no Brasil, exigida pelo “Consenso de Washington”, a pretexto de garantir a durabilidade dos programas de estabilização monetária, provocou uma perda importante na competitividade das exportações destes países latino-americanos, o que se reflete, mais uma vez, dramaticamente, no problema do desemprego.

Segundo o diagnóstico do “Consenso de Washington”, as “causas” da inflação e da crise econômica na América Latina são atribuídas, sem maior análise, ao déficit público (decorrente de um suposto “gigantismo

do Estado” e “populismo paternalista”), à “expansão monetária” e a um “protecionismo comercial industrial” quando, na verdade, trata-se de economias historicamente internacionalizadas de forma subalterna, com grande vulnerabilidade externa.

Esta descrição, um tanto longa, destes preceitos desenvolvidos para livrar os países “emergentes” das mazelas que impedem a sua inserção no “clube dos ricos”, torna mais ou menos evidente que a liberalização dos mercados, o fim das proteções alfandegárias, as privatizações “selvagens”, o desmonte dos serviços públicos, o fim dos déficits orçamentários, o equilíbrio na balança de pagamentos, etc., repetimos, servem muito menos para os países onde o neoliberalismo teria nascido, e muito mais para as economias periféricas, dependentes e atrasadas.

O déficit norte-americano na balança de pagamentos é estimado, hoje, em um trilhão de dólares, com tendência ao crescimento, segundo a avaliação corrente dos analistas econômicos. As barreiras protecionistas, tanto nos EUA como na Europa Ocidental e Japão, por vezes, chegam a prenunciar uma “guerra econômica” entre as potências.

Em resumo, estado mínimo, fim das restrições à liberdade total do mercado são prescrições que fazem os países ricos, mas que não servem para si próprios, mas aos países “amigos” como única forma de superação de seu atraso, o que os inviabiliza de desfrutar os “benefícios da economia globalizada”. Ou seja, a *globalization* apresenta estruturalmente pouco mais do que a velha conhecida divisão internacional do trabalho, ou seja, manter o “progresso” e a opulência dos países centrais exige, de forma crescente, a miséria e a submissão dos países “pobres”.

## **A crise do capitalismo: considerações sobre uma de suas características atuais**

As noções seguintes estão por certo muito longe de esgotar a temática sobre a monumental crise capitalista da atualidade; nossa intenção é tão somente tentar apreender um de seus aspectos mais evidentes ou aparentes, justamente o que possui um grande poder devastador: a “financeirização” sem precedentes na história econômica, numa análise bastante cuidadosa desenvolvida por (CHESNAIS, 1996), trabalho no qual nos apoiamos fortemente nesta seção do ensaio.

O capital financeiro, em sua função clássica de mediador da produção econômica, está se constituindo, crescentemente, numa esfera econômica autonomizada em relação à produção industrial.

Esta “financeirização acelerada dos circuitos econômicos” é de tal magnitude que diariamente circula nas principais bolsas de valores do mundo (Wall Street, City e Tóquio) cerca de 1,3 trilhão de dólares, numa movimentação especulativa sem precedentes na história do capitalismo. Entre as causas que determinaram esse impressionante parasitismo financeiro, CHESNAIS indica como sendo as mais relevantes:

- a) déficit público americano, em 1971, de forma unilateral, o governo dos Estados Unidos determinou o fim das barreiras acertadas em Bretton Woods para o alargamento da massa monetária dos dólares americanos;<sup>5</sup> os EUA que já vinham acumulando déficits públicos, romperam com os acordos internacionais até então vigentes e passaram a emitir na medida adequada ao financiamento de seus déficits, do que decorreu uma inflação de títulos públicos negociados nos mercados financeiros;
- b) a monumental liquidez concentrada nas mãos dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimento e das companhias de seguro; essa liquidez, que é fundamentalmente drenada para os mercados especulativos em todo o mundo, montava, em 1993, nos EUA em 126% do seu PIB e no Reino Unido 165% (CHESNAIS, 1996:25);
- c) inflação dos valores dos ativos: para os papéis diretamente vinculados à esfera da produção – cuja forma clássica é a ação, entendida como parcela de certo capital invertido na produção de mercadorias –, ocorre um processo agudo de inflação, num fenômeno bastante próximo ao que MARX designava por “capital fictício”; e,
- d) capacidade decrescente do capital em realizar a mais-valia produzida; o processo de acumulação do capital, vem, de forma

---

<sup>5</sup> O célebre encontro de Bretton Woods havia definido que a emissão de dólares guardaria uma paridade relativa com a produção de ouro, paridade esta a ser negociada em fóruns multilaterais.

crescente, perdendo estruturalmente sua capacidade de realização, tendo em vista uma diminuição, igualmente estrutural, no número de pessoas com possibilidades de acesso ao círculo do consumo, em virtude do fenômeno, também crescente do conhecido desemprego estrutural, estão dadas desta forma, as condições para uma crise sem precedentes do capitalismo que é então forçado a transferir para a esfera financeira uma parcela cada vez mais importante dos seus lucros. Daí o que (CHESNAIS, 1996:239) denomina como *um notável aumento da importância das operações puramente financeiras dos grandes grupos industriais*.

O mundo capitalista está diante de uma espécie de indústria financeira, um dos campos fundamentais de valorização do capital neste final de século, lucros formados a partir de transferências provenientes do círculo da produção, onde são criados o valor e o rendimento fundamentais.<sup>6</sup>

Paralelamente à inflação de títulos, outro campo avançado da especulação se concentra nos mercados de câmbio, cuja função original era tão somente proceder a mediação monetária do comércio internacional. Em 1995 estas operações cambiais envolveram o montante médio diário de 1,5 trilhão de dólares; ocorre que somente 3% desse dinheiro estavam diretamente envolvidos em operações comerciais efetivas, sendo os demais 97% relativos unicamente à operações especulativas (id. p. 240 e segs.).

Essa tendência no processo de concentração e centralização do capital assume magnitudes impensáveis anteriormente, já que, em termos marxistas, D se fecunda e gera D, sem ser mediado por nenhum investimento produtivo. Esse processo quase que exclusivamente especulativo contém uma distinção importante em relação ao que MARX (Cap. XXIV, Livro 3) interpretava relativamente à atividade financeira/bancária, segundo a qual o lucro dos banqueiros não passava de um processo de retenção sobre a *mais-valia* produzida na esfera da produção. Isto está a indicar um fenômeno qualitativamente diferente: a

---

<sup>6</sup> É crescente a "financeirização" de grupos industriais: para se ter um exemplo, praticamente todas as montadoras de automóveis atualmente possuem seu próprio banco.

“desinbricação” das esferas financeira e produtiva, com um crescente descolamento da primeira em relação à segunda.

Esta é a face potencialmente devastadora da crise capitalista atual: sua crescente incapacidade de realizar os aumentos de produtividade gerados pelas novas tecnologias de produção faz com que a esfera financeira se autonomize, criando uma soma imponderável de “capital fictício”, na visão de MARX, a ponto de (CHESNAIS, 1996:267) fazer referência à existência de “mais de 10 trilhões de dólares conceituais” rodando nas esferas da especulação internacional, especulação de proporções só semelhantes à instabilidade e à extrema suscetibilidade de tais mercados.<sup>8</sup>

Obviamente o grande capital monopolista tem clareza dos riscos associados a esta financeirização do capitalismo, daí porque é crescente a busca de novas fronteiras de valorização, que possam fugir das formas unicamente financeiras de valorização.

Aí entram as estratégias de transferências de investimento para o terceário, na produção de serviços:

- ✓ serviços de seguros;
- ✓ serviços imobiliários;
- ✓ consultoria e auditoria internacionais;
- ✓ publicidade e propaganda, etc.

Há no entanto uma nova e importante fronteira de expansão capitalista, especialmente em serviços, representada pelos processos de privatização de patrimônios públicos lucrativos. Esta privatização se dá em escala internacional, mas os movimentos mais decisivos de entrega de setores públicos à iniciativa privada se dão no terceiro mundo. A privatização de grandes setores como telefonia, geração e transmissão de energia elétrica, representam as grandes novas possibilidades de investimento do capital monopolista, que concentra duas grandes vantagens:

- a) potencializa enormemente as possibilidades de acumulação a partir das novas fronteiras tecnológicas (teleinformática, “inforvia”, etc.); e,

---

<sup>7</sup> Bastou o Sr. Alan Greenpain, presidente do FED, banco central norte-americano, em 9/12/96 declarar numa solenidade que o comportamento das bolsas de valores estavam apresentando uma “exuberância irracional”, para uma queda imediata em todas as bolsas de valores do mundo, incluindo Brasil, Argentina, México, etc.

- b) resolve, ao menos em parte, o “excesso de liquidez” dos mercados financeiros, transferindo estes investimentos para o terceiro ou para setores industriais lucrativos, até então propriedade do estado.

Aí reside o nexa da ofensiva ideológica veiculada pela “globalização”, pelo “neoliberalismo”: o discurso contra o “gigantismo estatal”, contra as corporações que nele se aninham, etc., não passa de fachada ideológica para a expansão das possibilidades de acumulação capitalista, no quadro de uma crise sem precedentes, que está a exigir a entrega do patrimônio acumulado ao longo de décadas, como condição de possibilidade de superação desta crise.

## **Sobre o Imperialismo**

Ganha corpo nos círculos intelectuais comprometidos com a construção de um projeto anti-capitalista, a noção de que a categoria política “imperialismo” perdeu o rigor explicativo, relativamente à fase atual vivida pela sociedade de classes. Fase marcada por rearranjos importantes da divisão internacional do trabalho, pela interrupção de uma via de construção do socialismo no leste europeu e por mudanças de elevada monta nos processos produtivos capitalistas, proporcionados pelas mudanças tecnológicas muito rápidas, determinando mudanças importantes na composição orgânica do capital, a partir da computação, das telecomunicações, da robótica, etc.

Além destas questões, ganha relevância a avaliação de que falar de imperialismo significou, num passado muito recente, falar de seu par cartesiano, ou seja, o nacionalismo. Nacionalismo este que teria servido muito menos para animar a construção de um projeto democrático e popular e muito mais para dar legitimidade a um chauvinismo atrasado, cujo grande beneficiário foi uma burguesia em seus projetos de dominação. Campanhas e jornadas “cívicas” em defesa dos “interesses nacionais” serviram, antes e, principalmente, ao desenvolvimento e consolidação da burguesia nativa, do que a um desenvolvimento de uma pretensa “soberania” nacional, que pudesse se antepor aos interesses do “imperialismo ianque”, para usar uma expressão que era corrente a esse tempo. Daí porque, então, a necessidade de sepultar uma categoria em nome da qual grandes equívocos foram cometidos na luta anti-capitalista.

O imperialismo foi objeto de cuidadosas análises de importantes autores marxistas do início do século. No entanto é o trabalho de LÊNIN que apreende de forma mais ampla e decisiva o debate sobre a questão, muito

embora sua contribuição tenha aparecido sob a forma de um “ensaio popular”.

Um bom começo pode ser a seguinte pergunta: a teoria do imperialismo, tal como descrito neste ensaio, continua explicando adequadamente a forma como se articula presentemente a divisão internacional do trabalho e as relações internacionais da produção capitalista de mercadorias? A resposta mais próxima da realidade nos parece ser sim e não.

O autor argumenta no trabalho de 1916, acertadamente, que a combinação da monopolização financeira, decorrente da fusão dos capitais bancário e industrial, e a intensificação da concorrência entre “grupos capitalistas” assume a forma de exportação de capitais (capital dinheiro e capital produtivo), colocando em segundo plano a exportação de mercadorias. Na etapa do capitalismo monopolista, sustenta o autor, o imperialismo constitui o melhor meio para a burguesia compensar a acentuada tendência à queda na taxa de lucros, deslocando parte das atividades de produção da mais-valia (sem mudar o controle) para “certos países atrasados já (...) ligados às engrenagens do capitalismo mundial”, onde a taxa de mais-valia é maior, determinada pelos salários extorsivos, matéria prima abundante e barata, etc.

Este texto leninista discute com particular ênfase, os problemas da rivalidade interimperialista, mostrando que, para além da luta tradicional pelo domínio das fontes de matéria prima, ocorre igualmente uma luta sem tréguas pela divisão econômica do mundo. Prevê, também, a possibilidade de união internacional do capital monopolista não apenas sob a forma de corporações multinacionais, mas também sob a modalidade de acordos interestatais: ... *são possíveis os acordos entre os Estados Unidos da Europa, como acordo dos capitalistas europeus... unicamente sobre como esmagar conjuntamente o socialismo na Europa e defender conjuntamente as colônias roubadas* (1967:571).

LÊNIN qualifica o imperialismo também como um sistema de relações entre formações sociais desigualmente desenvolvidas, ampliando o campo de investigação para a análise das articulações entre os estados imperialistas e suas estruturas de poder internacionalizadas e as estruturas de poder sob controle das classes dominantes dos estados subordinados. Sua análise se baseia numa geopolítica alicerçada em uma circunstância geopolítica de colônias e zonas de protetorado em grande medida superada, a partir de inúmeras guerras de libertação nacional ocorridas

nestes últimos anos. Mesmo assim, o autor faz referência ao imperialismo como um *sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo, por um punhado de países avançados* (1979:11), que em nada se distancia do despotismo que marca o capitalismo mundial neste final de século, levando-se a um sistema estruturalmente desigual de troca entre os países centrais em relação aos periféricos, as políticas econômicas ditadas por aqueles e seus organismos multilaterais a serem aplicados nestes.

O autor marxista acerta o ponto, também, quando discorre sobre o processo de financeirização, muito assemelhada a descrição que fizemos em seção anterior, no sentido de um crescente domínio do capital financeiro sobre o capital em geral, perdendo sua função original de intermediação de pagamentos: *...os bancos, graças a um processo de transformação permanecem à frente de toda a economia capitalista* (id.:34).

O imperialismo seria, então, a fase do capitalismo monopolista do domínio do capital financeiro, a partir do aparecimento de monopólios industrial/financeiro, num grau superior de concentração e centralização, que manteria e ampliaria o processo de exportação de capitais produtivos e especulativos, como sua base econômica.

São igualmente acertadas, em relação à financeirização do capital monopolista, duas tendências por ele indicadas:

- a) o aumento de importância relativa dos rendimentos dissociados do processo produtivo imediato de mercadorias, na forma de juros, dividendos, comissões e especulações no conjunto da economia mundial. As noções antes analisadas indicam o acerto da identificação desta tendência que, de fato, se concretizou em proporções que provavelmente nem o próprio autor conseguiria imaginar; e
- b) o parasitismo, decorrência natural da preponderância destes ganhos, ou seja, o aparecimento de setores da classe dominante completamente alheias à participação em qualquer ato produtivo, e cuja única profissão é a ociosidade (id.:97).

A genialidade deste teórico e militante marxista, entretanto, partilha de um otimismo que não encontrou correspondência com os fatos, ao analisar a capacidade do capitalismo em superar suas crises orgânicas.

Para o autor, o imperialismo, como “prelúdio da revolução socialista”, veria instalar-se um processo crescente de decomposição do capitalismo, com o aparecimento de estados-rentistas, ou, estados *de capitalismo decomposto, parasitário*. *A história veio demonstrar que, ainda que recorra à guerras interimperialistas, o capitalismo possui uma capacidade de regeneração muito difícil de ser pensada no início do século. LÊNIN previa que, a ruína engendrada pela guerra suscitaria uma crise geral do capitalismo, uma crise revolucionária mundial, com a “inevitável vitória do socialismo* (id.:11). Ao descrever o caráter inevitavelmente revolucionário da crise do pós-guerra, revela um otimismo muito específico de um revolucionário numa quadra muito específica da história de seu país, que, alguns meses após a escrita deste trabalho, veria o triunfo da Revolução de Outubro de 1917.

No restante do mundo ocidental, caso se tome a Segunda Guerra Mundial, são mais ou menos unânimes as análises identificando o grande salto que o capitalismo logrou após aquele conflito; o grande período de trinta anos de crescimento econômico sem precedentes, associado a uma repressão ao movimento operário correspondente, em qualquer canto do mundo; da violência estúpida do Macartismo nos EUA, às inúmeras ditaduras militares e/ou facistóides no restante do globo. Ou seja, mesmo após a destruição que se segue a uma guerra, o capitalismo monopolista não perdeu a capacidade de reconstruir economias e de oprimir a luta socialista, numa luta violenta para sua própria sobrevivência.

A análise dos pontos centrais da teoria leninista, caso se tome o imperialismo como uma categoria histórica concreta, e portanto, não como uma “substância imutável”, revela, não a anulação da dependência ou do imperialismo, mas a superação do imperialismo clássico e sua recriação neste quadro de redefinição da dependência e dos processos de marginalização dos países subordinados e subdesenvolvidos. O imperialismo clássico, cuja base se assentava em um sistema colonial, parece ter sido superado pelas atuais condições do mercado mundial capitalista. Mas é possível pensar-se em um imperialismo de nova fase, ou que Florestan Fernandes designava como sendo “imperialismo total”:

...ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologias ou de instituições sociais, o eixo político da vida nacional etc. (1973:89).

O argumento mais freqüente entre os defensores da globalização é a preponderância dos interesses do grande capital monopolista transnacional, em detrimento da perda de poder por parte dos estados nacionais que, sempre jogaram num papel decisivo nas relações de dependência em relação aos países atrasados do mundo subdesenvolvido. É o capitalismo 'borderless', uma forma nova e incontrolável do capital estabelecer a primazia dos seus interesses, independentemente de fronteiras e mesmo dos interesses de seus estados-sede. Assim, a geopolítica e a geoeconomia mundial não estariam mais assentadas num jogo de poder envolvendo estados-nação, mas tão somente as grandes corporações e as agências multilaterais: FMI, BIRD, Banco Mundial, OMC, etc. Parece correto assumir que muitos constrangimentos estabelecidos pelos estados foram removidos nesta fase do capitalismo, mas a relação de dependência dos países periféricos em relação aos centrais não somente desapareceu, como se recria permanentemente de forma ainda mais efetiva. Ou seja, há uma dose de exagero em admitir um capitalismo globalizado e sem fronteiras. O grande capital monopolista continua a ter raízes nacionais, em relação à suas origens, não por patriotadas ou nacionalismo, mas por exigência do processo de concorrência intercapitalista, e exigências ditadas pelas necessidades de concentração e centralização. O grande capital multinacional é ao mesmo tempo localizado nacionalmente e desterritorializado, razão pela qual pode-se falar, tendo em conta as modificações havidas no capitalismo ao final deste século, de um "desenvolvimento ulterior da época imperialista" (GERARD, id.:6).

CHESNAIS (1996) ocupa boa parte de seu livro tentando descrever o caráter triádico da nova fase do imperialismo; ou seja, não mais seu exercício é manobrado pela Inglaterra do início do século sobre suas colônias, ou pelos Estados Unidos mais recentemente, mas por um complexo sistema de relações econômicas que envolvem os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, numa espécie de guerra inter-monopolista, a duras penas sistematizada, quando possível pelas agências multilaterais. A noção de que o capitalismo continua tendo raízes nacionais se reforça quando percebe-se a relação entre o desenvolvimento de tecnologia no interior das grandes corporações e os registros das patentes destes inventos. As grandes companhias japonesas, espalhadas pelo mundo inteiro, desenvolveram pesquisas em ciência e tecnologia, desenvolvimento do qual resultaram patentes, das quais 98,9% foram registradas no próprio Japão; este mesmo número é de 92,2% em relação aos Estados Unidos, e uma média

de 85% na União Européia. Estes dados revelam a conexão importante que existe destes grupos em relação a seus países de origem.

Assim, somente com muitas restrições pode ser aceita a tese segundo a qual há um processo planetário em declínio do Estado Nacional e de seus poderes, de eliminação das fronteiras e diferenças nacionais e, conseqüentemente, uma supremacia monolítica das grandes corporações multinacionais. Parece adequado admitir que o Estado burguês nunca esteve tão subordinado aos interesses do grande capital como na época atual. No entanto, este mesmo estado nacional continua a ser funcional para o processo de concentração e centralização do capital. Grandes empresas "indiferentes" ao Estado não sobreviveriam diante da concorrência entre monopólios que desfrutam da proteção do aparelho estatal de origem. Ainda que o FMI, OMC, Banco Mundial, etc., desenvolvam esforços de regulação desta concorrência, ou empreendam iniciativas para enfrentar a depressão econômica e as recessões em consonância com os interesses do grande capital industrial e financeiro, utilizando para isso orientações internacionais a respeito de crédito, câmbio, orçamentos, impostos, etc., é impossível a inexistência do Estado para impor sua autoridade sobre questões de tributação, de finanças, e sobretudo, para impor seu poder repressivo sobre os movimentos anticapitalistas que recorrentemente põe em xeque os interesses do grande capital.

## **Ilusionismo e prestidigitação**

O propósito deste ensaio foi o de tentar contribuir para desvendar o real significado destes mitos forjados pelos ideólogos dos grandes bancos e das corporações multinacionais.

A internacionalização do capital produtivo não implica uma "máquina do mundo", pois a economia mundial não é totalmente controlada pelas forças do mercado (...) nem pelo fantasma de um império ultra-imperialista totalmente controlado pelas multinacionais (GERARD, id.:12).

Esta realidade complexa e contraditória que encerra o final do século apresenta tendências rigorosamente opostas à superação das tradições do capitalismo, como a ocorrência de uma homogeneidade, de

---

<sup>9</sup> KAUTSKI sobre o ultra imperialismo (ou ultra-bobagem, segundo LÊNIN), julgamos desnecessário discorrer. Basta para isso a corrosiva crítica de LÊNIN em "Imperialismo, ...".

um cosmopolitismo político e cultural, como supõe a ideologia da globalização. O que se assiste é, na verdade, a exacerbação da dominação dos países centrais em relação aos subdesenvolvidos, a agudização do obscurantismo cultural e religioso, o surto de ódios étnico-raciais que se julgava em grande medida superados, o crescimento “global” da pobreza, da miséria, das doenças, etc., tudo isto em meio à superprodução e ao desperdício, e onde, *a opressão e a exploração se encontram fundidas sob a aparência de liberdade e igualdade de todos* (DIAS, 1995:7).

A construção de um projeto democrático e popular como pressuposto, a partir do qual se possa dar a construção do bloco histórico, deve agregar um conjunto de forças populares de caráter antimonopolista, antilatifundária e antiimperialista, com a compreensão adequada das modificações históricas sofridas por estas categorias e ao que elas representam atualmente. A tarefa de elaboração, junto às massas, de uma visão de mundo que se anteponha ao capitalismo, obviamente, não pode ser confundida com um passado recente onde a luta antiimperialista se confundia com o “patriotismo de negócios combinado ao cosmopolitismo financeiro da burguesia”. Sustentamos que o movimento autenticamente popular é dotado de um humanismo universal-concreto intrinsecamente internacionalista, mas suas lutas ainda guardam certos aspectos de construção de hegemonia nacional.

As considerações feitas sobre o estudo leninista do imperialismo não podem se confundir com o equívoco de se pensar que as obras destes clássicos são suficientes para o conhecimento crítico pleno, da fase atual do capitalismo. As categorias constitutivas do capital monopolista no final deste século apresentam novas conotações e complexidades que os clássicos do marxismo não poderiam conhecer. Pensamos, no entanto, que se deva, a partir da sistematização teórico-metodológica dos clássicos tentar apreender as realidades, com base nas suas formulações gerais, porque estas sim, são dotadas de cientificidade e, portanto, universalmente válidas, consideradas as atualizações históricas necessárias.

Neoliberalismo, globalização, mundialização, fazem parte, portanto, do repertório das manobras de “ilusionismo e prestidigitação” (como sugere GRAMSCI) de que a burguesia sempre soube lançar mão para obscurecer a opressão que exerce sobre as classes subalternas.

*A análise das correlações de forças em uma formação social capitalista demonstra a existência de uma especificidade que é vital compreender: o ocultamento da dominação política determina negativamente à to-*

*mada de consciência dessa dominação pelas classes subalternas, isto é, a construção de sua identidade e, dos seus projetos* (DIAS, 1995:6).

Um argumento central que se tentou esgrimir neste ensaio é que este ocultamento se dá de forma decisiva no plano da linguagem, veículo por excelência da ideologia. Daí os modismos recorrentemente anunciados pela burguesia e seus intelectuais, tais como: fim do trabalho, fim da história, sociedade pós-capitalista, etc. Este ensaio encerra uma tentativa de “desvendar” o real significado da ofensiva ideológica do grande capital nos dias atuais.

## Referências bibliográficas

- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo : Xamã, 1996.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Projeto Democrático-Popular. In: *Universidade e Sociedade*, n. 8, Brasília : ANDES/SN, 1995.
- \_\_\_\_\_. *As Transformações do mundo do trabalho: revolução científico-tecnológica ou nova dominação*. Versão utilizada: texto de circulação restrita, Campinas, s/d.
- DRAIBE, Sônia. *As Políticas Sociais e o Neo-liberalismo*. In: *Revista da USP*. São Paulo : USP, mar./mai. 1995.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio : Zahar, 1973.
- GERARD, G. B. *A Nova Ofensiva do Imperialismo*. Texto de circulação Restrita, Florianópolis, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. *Depois de Tudo Aquilo*. In: *BLACKBURN, Robin. Depois da Queda*. São Paulo : Paz e Terra, 1992.
- KATZ, Cláudio e COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou Crise do Capital*. São Paulo : Xamã, 1995.
- LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo : Global, 1982.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo : Abril, 1982.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Obras Escolhidas*. 3v. São Paulo : Alfa-ômega, s/d.
- MARX, Karl. *O Capital*. Série Os Economistas, v. II. São Paulo : Nova Cultural, 1988.